AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.691 ESPÍRITO SANTO

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**
INTDO.(A/S) : **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

Vistos etc.

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta pelo PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, contra o **art. 21, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 238, de 15 de maio de 2012, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, que “*institui novos mecanismos de fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, II, e 27 da Lei Federal 11.494/07*”.

2. Defende-se a inconstitucionalidade dos dispositivos atacados por incluírem, entre as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, os aportes financeiros destinados a cobrir o déficit do regime próprio de previdência social, relativamente aos servidores inativos e pensionistas originários da educação.

3. Alega-se afronta aos **arts. 22, XXIV, 24, IX e §§ 2º e 4º, 167, IV, e 212, caput, da Constituição da República e ao art. 60 do ADCT**, por usurpação da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional e da competência da União para editar normas gerais sobre educação, vincular receita de imposto e fraudar as exigências constitucionais relativas à aplicação mínima da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino e à destinação mínima de recursos à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

4. O pedido, em sede de liminar, é de suspensão da eficácia das normas impugnadas até o julgamento final da ação, forte na plausibilidade jurídica da tese esgrimida (*fumus boni juris*) e no caráter irreversível dos danos causados pelo subfinanciamento dos sistemas

ADI 5691 / ES

estadual e municipal de ensino, “*com reflexo direto na formação e na capacitação de crianças, adolescentes e adultos como cidadãos, o que tem impacto formidável no desenvolvimento do País*” (*periculum in mora*). No mérito, postula-se a declaração de inconstitucionalidade do art. 21, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 238, de 15 de maio de 2012, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

5. Sopesados os requisitos legais à concessão da tutela de urgência, reputo contemplar, a matéria, relevância e especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, pelo que submeto a tramitação desta ADI ao disposto no art. 12 da Lei 9.868/1999.

6. Requistem-se informações ao **Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, a serem prestadas no prazo de **dez dias**.

7. Após, dê-se vista ao **Advogado-Geral da União** e ao **Procurador Geral da República**, sucessivamente, no prazo de **cinco dias**.

À Secretaria Judiciária.

Brasília, 17 de abril de 2017.

Ministra Rosa Weber

Relatora